

Na JT, servidores fazem nova assembleia na sexta-feira (10) para debater Plano de Saúde

Assembleia começa às 13h, no saguão do fórum Ruy Barbosa. Participe! Categoria deve agir de forma coletiva e organizada para resguardar direitos

Indignados com o valor do novo plano de assistência médica, os servidores da Justiça do Trabalho vão realizar nova assembleia setorial no fórum Ruy Barbosa, na sexta-feira (10), 13h. A intenção é continuar o debate e definir os novos passos a serem dados na mobilização contra a elevação verificada nos custos do novo plano, além de expressar a insatisfação da categoria com as novas condições colocadas.

Depois de anos de congelamento de salário e de benefícios, e após uma reposição salarial muito aquém do necessário para repor as perdas acumuladas, o signifi-

umento dos custos do plano de saúde trouxe a sensação de uma efetiva perda salarial e da precarização de mais um benefício assegurado em lei

cativo aumento dos custos do plano de saúde trouxe a sensação de uma efetiva perda salarial e da precarização de mais um benefício assegurado em lei.

A NotreDame venceu a licitação e será a nova operadora dos planos de saúde do TRT-2. Mas a nova contratação impõe reajustes que chegam a 100%. No caso dos agregados, o custo pode triplicar, afetando diretamente os servidores cujos pais e mães eram seus dependentes no plano antigo, condição não mais prevista no novo plano, perdendo-se de tal modo a participação dos tribunais, que não alcança agregados.

Além disso, os servidores de fora da capital temem a possibilidade de uma piora significativa na qualidade e na abrangência da cobertura, inclusive com baixo número ou falta de profissionais credenciados em especialidades importantes.

A decisão de iniciar um processo de mobilização foi tomada na quarta-feira (08), em assembleia dos servidores do TRT-2 para tratar do problema. Decidiu-se por solicitar de imediato à administração do tribunal que seja prorrogado o prazo para adesão. “Com esse prazo, mal dá pra pensar”, disse uma servidora na assembleia.

A orientação definida na assembleia é de que os servidores não façam suas adesões de imediato, permanecendo mobilizados e atentos para as tentativas de negociação por melhorias.

Audiência com presidência do TRT-2

O Sintrajud já havia solicitado audiência com a presidente do Tribunal, que foi marcada para esta quinta-feira (09). Na ocasião, serão levadas à presidência as demandas dos servidores e a insatisfação com a situação. Por decisão da assembleia, será reivindicado também que sejam tomadas todas as medidas necessárias para aumentar a participação do tribunal no custeio do plano, tanto via crédito suplementar quanto a partir de sobras orçamentárias, que todos os anos são devolvidas à União. Além disso, é preciso buscar por todos os meios melhorar as condições do plano, sob pena de um esvaziamento da carteira de beneficiários.

Continua no verso

EVOLUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PARA SAÚDE - TRT2

	ORÇAMENTO	TOTAL DE BENEFICIÁRIOS
2013	R\$ 26.416.320	18.587
2012	R\$ 18.116.280	16.712
2011	R\$ 16.235.304	12.292
2010	R\$ 16.235.304	14.593
2009	R\$ 16.171.915	13.893
2008	R\$ 16.298.114	14.140

Responsabilidade do TRT-2

No tribunal há recursos que podem ser remanejados para a assistência médica, e os servidores identificaram que o repasse da União para esta rubrica no TRT-2 permaneceu praticamente congelado por vários anos, sem considerar ainda o aumento natural do número de beneficiários, com o crescimento do tribunal. Para o orçamento deste ano houve um reajuste de 33% no valor estimado por beneficiário, na JT, que é, no entanto, absolutamente insuficiente para recompor o valor do benefício e para fazer frente aos elevados custos dos planos de saúde atualmente no mercado.

Por isso, uma das medidas propostas foi a de pressio-

nar os órgãos superiores por mais recursos. Nas várias intervenções feitas na assembleia os servidores reforçaram a responsabilidade do TRT-2 na garantia de uma assistência médica de qualidade. “Me sentiria menos desrespeitada se o tribunal dissesse que não conseguiu achar no mercado um plano que os servidores merecem”, desabafou uma servidora, que classificou a mudança como “absurda”.

Outra servidora resgatou a postura que as administrações passadas tiveram nos momentos cruciais de mobilização da categoria: “o tribunal nunca nos ajudou, agora ele tem a obrigação de dar um benefício decente. O tribunal que banque mais”, disse.

Servidores vão pressionar tribunais superiores por mais recursos para saúde

“Não interessa se é Unimed, NotreDame, Amil. O que não dá pra aceitar esse reajuste com o nosso salários achatado”, afirma servidora

“Se o SUS (Sistema Único de Saúde) funcionasse, isso aqui estaria resolvido. Com a mercantilização da saúde, ficamos nas mãos dos grandes empresários”. A frase é do juiz trabalhista Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, que esteve na assembleia dos servidores de quarta-feira (08).

A fala dá conta do que tem acontecido com a saúde pública no país. Para se ter uma ideia, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, anualmente, o governo federal investe cerca de 4% de sua arrecadação em saúde; ao passo que o pagamento da dívida pública (interna e externa) absorve quase 45% das receitas.

Como o Estado não repassa recursos suficientes para uma saúde pública de qualidade abre-se espaço para a privatização do setor. Não é para menos que o TRT-2 e o TRF-3 - dois dos maiores tribunais do país - estão de joelhos diante das gigantes operadoras de planos de saúde.

A situação se repete em quase todo o Brasil, e a conta tem sido colocada nas costas dos servidores públicos, o que tem causado muita

revolta na categoria. “Não interessa se é Unimed, NotreDame, Amil. O que não dá pra aceitar esse reajuste com o nosso salários achatado”, disse uma servidora durante a assembleia de quarta-feira (08), no 1º subsolo do fórum Ruy Barbosa.

E é justamente nesse ponto que reside a maior força dos servidores: pressionar a administração a ampliar o repasse de verbas para a rubrica de assistência médica. Os valores ficaram congelados de 2008 até 2012.

Em agosto do ano passado, os tribunais superiores conseguiram ampliar, junto ao Ministério do Planejamento, o repasse orçamentário para assistência médica e odontológica. Segundo a assessoria de comunicação do CSJT, a ideia é unificar os valores desta rubrica em todo Poder Judiciário até 2015.

“Esse reajuste veio tarde”, critica Tarcísio Ferreira, diretor do Sintrajud e da Fenajufe. Para ele, o pesado reajuste que está recaindo sobre a categoria é resultado também desse congelamento orçamentário. Por isso, ele reforça a necessidade de mobilização para pressionar os tribunais por mais verbas.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD/SP.

O Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – SINTRAJUD, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade, faz saber que fará realizar a ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 10/05/2013 (sexta-feira), a partir das 13h, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, com qualquer número.

A assembleia será realizada no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, à Av. Marquês de São Vicente, 235, Barra Funda, São Paulo/SP.

PAUTA:

- 1 - Informes;
- 2 - Plano de saúde do TRT-2 e processo de mobilização;
- 3 - Outros assuntos de interesse da categoria.

Inês Leal de Castro e
Tarcísio Ferreira,
Coordenadores